

Educação em debate

Os dilemas que envolvem a formação e o exercício da medicina parecem recorrentes no Brasil. Alguns deles são conhecidos há muitas décadas, como a falta de interesse dos médicos em trabalhar nas cidades distantes dos grandes centros. Outras críticas ganharam força em anos recentes, como as dirigidas à abertura indiscriminada de cursos de medicina, alguns sem infraestrutura adequada para os alunos fazerem o internato – o aprendizado prático no local de trabalho, sob supervisão. Em dezembro, a mais recente crise envolveu uma prova que os alunos de medicina do último ano devem fazer para se verificar o conhecimento adquirido.

Criado pelo Ministério da Educação, o teste foi aplicado pela primeira vez em 2025 e trouxe resultados que levaram ao cancelamento de um edital para a abertura de milhares de vagas de cursos de medicina em universidades privadas. Apenas 67% dos mais de 39 mil alunos de 351 escolas médicas alcançaram proficiência mínima – de cada 10 cursos, três ganharam notas 1 e 2. A maioria das reprovações se deu nas instituições particulares com fins lucrativos, muitas delas longe dos centros urbanos.

A autorização para a criação de novos cursos de medicina públicos e privados decorre da escassez de profissionais para trabalhar no Sistema Único de Saúde e está prevista no Programa Mais Médicos, criado em 2013. Seis anos depois da instituição do programa, o número de cursos de medicina cresceu de 223 para 341. A oferta de vagas foi então suspensa em 2018, mas instituições de ensino conseguiram liminares na Justiça para abrir dezenas de cursos de graduação. O cenário, sem regulação adequada, piorou. Em 2024 havia 448 cursos no país, parte deles formando médicos despreparados. No atual momento, o debate trata de como elevar a qualidade da formação médica no país (*página 12*).

Sem sair da área médica, *Pesquisa FAPESP* relata uma boa novidade para as mulheres de meia-idade. A terapia de reposição hormonal, usada para tratar os sintomas ligados à menopausa, começou a ser temida no começo deste século por supostamente aumentar o risco de câncer de mama e outras doenças, a partir de um grande estudo feito nos Estados Unidos. Novas pesquisas, no entanto, não corroboraram tal afirmação e, em novembro do ano passado, a agência reguladora norte-americana de medicamentos e alimentos (FDA) começou a orientar os fabricantes a retirar da bula os trechos que falavam do risco de certas doenças. Na página 36 contamos essa história e as idas e vindas desse tratamento no Brasil, que pode ajudar a tornar mais suave essa difícil fase da vida.

Outra reportagem traz resultados animadores na área de plásticos biodegradáveis. Por décadas utilizando apenas petróleo, a matéria-prima do plástico se diversificou e hoje são usados farinha de madeira, açaí e resíduos agrícolas. Parte dos experimentos já deixou as bancadas dos laboratórios para começar a ganhar forma como produto. O mercado a ser conquistado é enorme e há empresas, com o apoio de universidades, trabalhando para isso em cidades de vários estados brasileiros (*página 58*).

Por fim, a última edição do Censo Escolar mostra queda nas matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) de pessoas que não concluíram o ensino básico na idade regular (*página 74*). Mesmo com um contingente de 68 milhões de brasileiros que não terminaram esse nível de formação educacional, dos quais 9,3 milhões são analfabetos, a modalidade registrou em 2024 o menor número de interessados dos últimos 20 anos. Há um enorme trabalho a ser feito na educação do país – da mais fundamental aos concorridos cursos de medicina.

NELSON MARCOLIN — editor-chefe